

'Sem ajuste dos estados, o desemprego crescerá'

Governo não permitirá que o endividamento se mantenha e prejudique tanto os bancos federais como as finanças públicas

ENTREVISTA

Pedro Parente

seus débitos ao Governo federal, significa permitir o aumento do desemprego, decorrente do agravamento do dé-

BRASÍLIA. Aceitar as pressões dos governadores, que querem reduzir o pagamento de

ficit público. O alerta é do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Coordenador do grupo de negociadores com os estados, ele dialoga incansavelmente com secretários e governadores, buscando soluções de consenso. Mas não cede: os estados têm que se ajustar e

assumir sua parte do compromisso com a estabilização. Para ele, nenhum estado fez ainda totalmente seu dever de casa. Parente dá nota entre quatro e sete ao esforço dos governadores, mas ressalva: eles enfrentam dificuldades políticas e legais para adotar algumas medidas.

Ailton de Freitas

Maria Luiza Abbott e Regina Alvarez

O GLOBO: Por que a situação fiscal dos estados surpreendeu a equipe econômica?

PEDRO PARENTE: Só tivemos condições de conhecer a situação dos estados depois que começamos as discussões com os governadores. Tínhamos uma avaliação com base em resultados passados, mostrando que, em 1994, eles tiveram superávit primário (que exclui despesas financeiras), e em 95 houve ganho expressivo de receita de ICMS e fundos de participação. Não havia razão para a situação piorar.

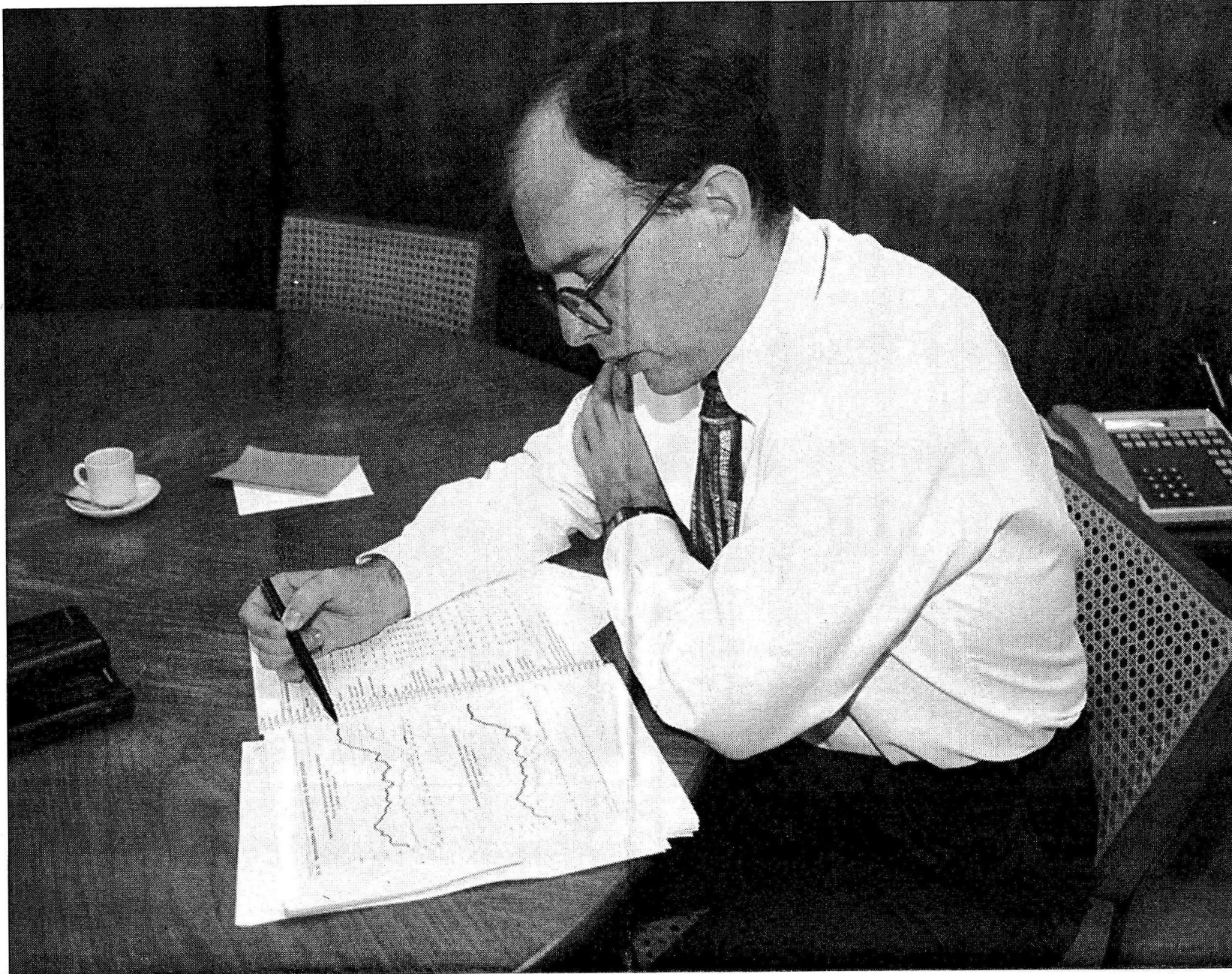
• Essa avaliação estava errada?

PARENTE: O problema é que houve em muitos estados reajustes salariais autorizados na saída do Governo anterior e adotados em 1995. O reajuste do salário-mínimo de maio de 95 afetou de forma expressiva a folha de pagamento, principalmente dos estados menores. Também houve casos de aumento escalonado. O impacto integral só aconteceu em 96. Além disso, débitos atrasados com empreiteiras e pessoal, que não entram na estatística do déficit, foram pagos com empréstimos da Caixa, dentro dos acordos de ajuste fiscal fechados com o Tesouro. Tivemos também programas de demissão voluntária, que provocam déficit inicial para trazer benefícios no futuro.

• Estão sendo cumpridas as medidas acordadas com o Tesouro?

PARENTE: Fizemos acordo com os estados e não encaramos como fracasso o fato de o estado não cumprir 100% das metas. Qualquer que seja o nível de cumprimento das metas do programa, a situação é melhor do que se não o tivéssemos. Não se trata de uma imposição, de FMI. Até porque são muito diferentes as relações entre o Governo federal e os estados e entre o FMI e os países-membros. O Governo federal e os estados não têm como ignorar que estão no mesmo barco. E os estados têm que se lembrar de que precisam fazer ajustes para contribuir para a estabilização.

• Se houve avanços, por que os governadores resolveram se rebelar, pressionando por uma solução conjunta?



SECRETÁRIO PEDRO PARENTE: "Se nós aceitarmos renegociar as dívidas estaduais que já foram renegociadas, nunca mais vamos sair dessa situação"

PARENTE: As negociações individuais estão dando certo porque não estamos trabalhando apenas no curto prazo. A melhoria não vai se dar num passe de mágica porque assinamos um papel, mas sim por causa de um trabalho árduo, permanente, de cooperação. Temos que perguntar de quanto seria o déficit se as medidas não tivessem sido adotadas. Também acho errado olhar o movimento dos governadores como uma rebelião. Nós vivemos numa federação e os governadores têm autonomia. O Governo federal não pode ser nem contra e nem a favor de que os governadores se reúnam, mas pode se posicionar em relação às demandas colocadas. Em parte, cabe um trabalho con-

junto, porque são problemas que afligem os governadores, como os precatórios. Não quero entrar no mérito da sugestão, mas claramente há um abuso.

• Existe um documento técnico da área econômica, prevendo que Banco do Brasil, Caixa e BNDES podem ir à falência se as dívidas dos estados forem renegociadas nos termos propostos. O senhor concorda?

PARENTE: A quebra dos bancos e da Caixa é relativa, porque depende das demais operações que essas instituições realizam. Mas certamente, se o Tesouro não cobrir a diferença que deixaria de ser paga pelos estados, eles teriam problemas de liquidez.

• O que representaria para o Tesouro essa renegociação proposta pelos governadores?

PARENTE: Na prática, isso significa refinanciamento da dívida do setor público. Se deixarmos de pagar a dívida do setor público, estamos roubando espaço do setor privado na poupança interna, que é limitada. Isso significa limitações ao crescimento, à geração de empregos pelo setor privado, contribuindo, de forma indireta, para o aumento do desemprego.

• Por isso o Governo não aceita essa proposta de renegociação?

PARENTE: Por várias razões. O presidente da República não quer essa negociação conjunta, porque não cabe uma abordagem co-

letiva. Há casos em que, mesmo que o Governo federal perdoasse as dívidas, os problemas não seriam resolvidos. É o caso de Espírito Santo e Alagoas.

• Como a União não é a credora dos estados, mas apenas um intermediário, o que aconteceria com o Tesouro se os governadores simplesmente decidissem por uma renegociação unilateral, com o apoio do Senado?

PARENTE: Se o Governo federal entendesse que não poderia deixar a Caixa, o BB e o BNDES numa situação complicada de liquidez, teria que emitir títulos de mercado para entregar a essas instituições, com aumento da dívida interna. Além disso, haveria uma

perda de receita que corresponde à diferença entre os 11% de receita que os estados pagam à União para quitar suas dívidas e os 5% que passaria a receber.

• E quais as consequências dessa redução para a União?

PARENTE: Isso teria que ser anulado por um corte de gastos do Governo federal, que corresponde aos investimentos previstos no Orçamento da União. Mas eu quero dizer que vários governadores nos procuraram para dizer que não se trata de ruptura ou movimento contra o que está sendo feito. Por isso, eu acho que esse movimento está superado.

• Se o Governo federal fechou o acesso dos estados a novos financiamentos, como os seus déficits estão aumentando?

PARENTE: Os estados atrasam pagamentos de salários, fornecedores. Também tiveram créditos da Caixa e financiamentos externos. E temos ainda estados que não atingiram o limite de endividamento (11% da receita líquida) e por isso estão se financiando.

• O que é exatamente o programa de ajuste fiscal?

PARENTE: Passa por um trabalho conjunto sobre o fluxo de caixa do estado, para ver quais as medidas que viabilizam esse fluxo de forma sustentada. Por exemplo, privatização, amortização da dívida com ativos privatizáveis. Temos diretrizes básicas, como não refinar dívidas já renegociadas, por princípio e porque as condições foram favoráveis. Se aceitarmos renegociar o que já foi renegociado, nunca mais sairemos dessa situação.

• O déficit dos estados é também a alta taxa de juros. O BC não deveria fazer uma sintonia mais fina na fixação das taxas?

PARENTE: A razão pela qual a parcela de juros reais ficou maior do que se imaginava é excelente: a inflação ficou menor do que se esperava. No Brasil, ainda há uma certa mentalidade indexada aos resultados do mês, que saiu da inflação, foi para os juros e agora está indo para a balança comercial. É preciso olhar a tendência, pensar a médio prazo. Não podemos calibrar políticas por resultados mensais.